



**RURAL**  
**SUSTENTÁVEL**  
• CERRADO •



# Cartilha de **CERTIFICAÇÕES**

PRS - Cerrado

2025





# Cartilha de **CERTIFICAÇÕES** PRS - Cerrado

---

Março 2025

Execução



Coordenação Científica



Apoio técnico



Realização



## **Realização**

Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA  
Governo do Reino Unido  
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID

## **Execução**

Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e  
Sustentabilidade – IABS

## **Coordenação Científica**

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa  
Associação Rede ILPF

## **Diretor-Geral do Projeto**

Luís Tadeu Assad

## **Coordenadora Operacional**

Kamila de Oliveira Rocha

## **Coordenador de Finança Verdes**

Paulo Camuri

## **Gerente de Certificações**

Matheus Monteiro

## **Coordenação de Comunicação**

Pedro Costa

## **Projeto Gráfico e Diagramação**

Júlia Araújo

## **Fotos**

Freepik/Acervo IABS

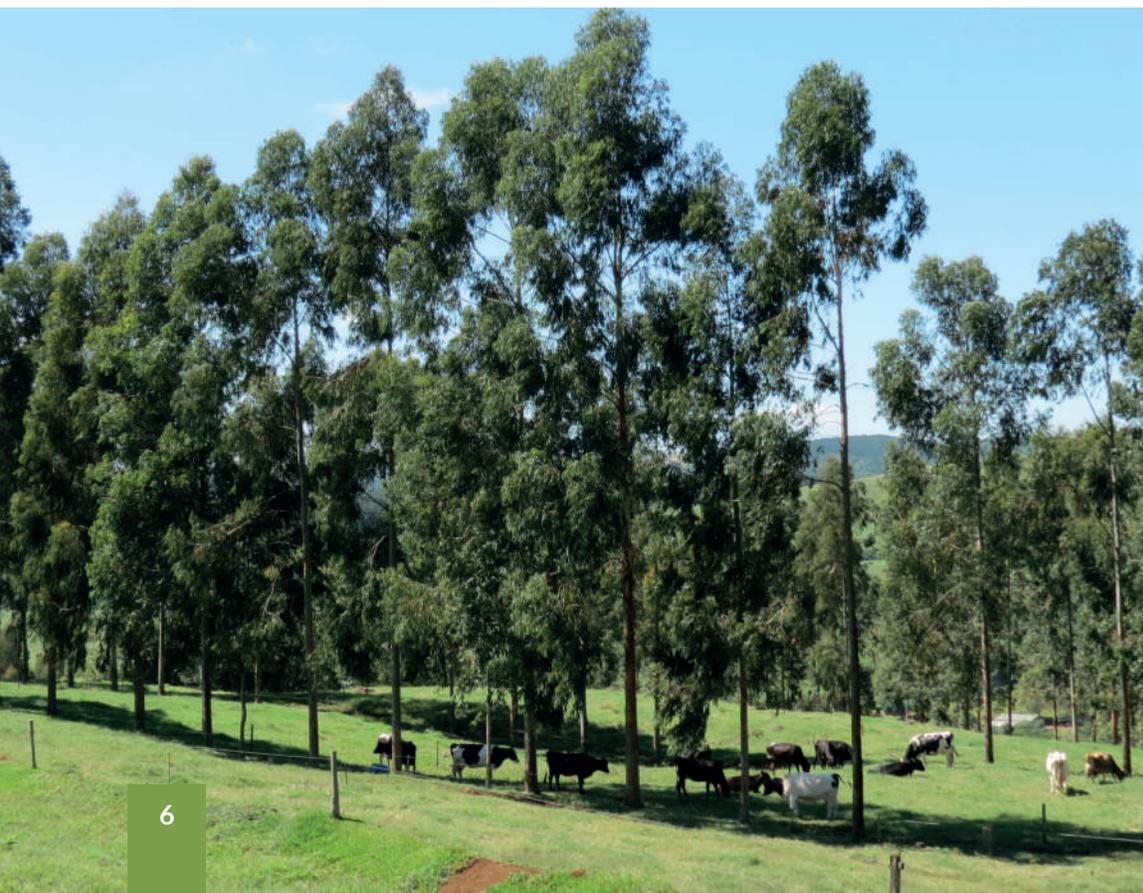
# Sumário

Sobre o Projeto PRS - Cerrado .....	6
Frente de Finanças Verdes do PRS - Cerrado .....	7
O que é certificação .....	9
Tipos de certificação .....	10
Certificação no contexto socioambiental .....	11
Por que devo certificar? .....	12
Processo de certificação e seus custos .....	13
Agentes que participam da certificação .....	17
Escolha das certificações promovidas pelo PRS - Cerrado .....	19
Análise do público do projeto .....	20
Carne Carbono Neutro - CCN .....	28
Certifica Minas .....	32
Forest Stewardship Council - FSC .....	36
Certificação Orgânico Brasil - OBr .....	42
Rainforest Alliance - RA .....	48
Associação Internacional de Soja Responsável - RTRS .....	54

# Sobre o Projeto PRS - Cerrado

O Projeto Rural Sustentável – Cerrado tem como principais objetivos mitigar as emissões de gases de efeito estufa (GEE) e aumentar a renda de pequenos(as) e médios(as) produtores(as) rurais no bioma Cerrado, por meio da promoção de práticas sustentáveis e da adoção de tecnologias produtivas de baixa emissão de carbono. Suas ações visam a implantação de atividades que melhorem o acesso dos(as) produtores(as) à assistência técnica e à capacitação, apoio ao fortalecimento das organizações socioprodutivas e melhoria das capacidades dos(as) provedores(as) locais de assistência técnica para os desafios e objetivos do projeto.

O projeto é resultado de uma Cooperação Técnica aprovada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com recursos do Financiamento Internacional do Clima do Governo do Reino Unido, tendo o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) como beneficiário institucional e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS) como responsável pela sua execução e administração. A Embrapa é a responsável pela coordenação científica e a Associação Rede ILPF pelo apoio técnico.



# Frente de Finanças Verdes do PRS - Cerrado

A frente de Finanças Verdes do PRS - Cerrado tem por objetivo estimular a adoção de tecnologias e práticas produtivas de baixa emissão de carbono pelos produtores(as) rurais participantes do PRS - Cerrado.

Para isso, desenvolve atividades relacionadas à identificação e oferta de Benefícios Coletivos, à ampliação de acesso dos(as) produtores(as) às informações de Certificações e Incentivos Creditícios e Tributários. Com o apoio de empresas especializadas, as Organizações Socioprodutivas (OSPs) – Cooperativas, Associações e Sindicatos Rurais – desenvolvem Planos de Negócio para suas organizações. Por meio dos Planos de Negócio, alguns Benefícios Coletivos são disponibilizados em apoio à adoção de práticas produtivas de baixa emissão, geração de renda e fortalecimento institucional. Objetiva-se assim, permitir às OSPs migrarem, imediata ou a médio prazo, para modelos mais sustentáveis de produção.

Outra frente da área de Finanças Verdes está voltada a melhorar o acesso dos(as) produtores(as) rurais e das OSPs ao crédito rural oficial (Plano Safra para a Agricultura Empresarial e Familiar), aos instrumentos de incentivos fiscais disponíveis tanto na esfera federal como das quatro unidades da federação englobadas pelo projeto (GO, MT, MS e MG) bem como aos instrumentos verdes, particularmente os pagamentos por serviços ambientais e o mercado de carbono.

Por fim, a frente de Certificações do PRS - Cerrado direciona esforços na identificação e estímulo à obtenção dos selos e certificações mais adequados aos perfis dos(as) proprietários(as) de unidades demonstrativas (UD) e aos objetivos do projeto. A certificação sustentável é uma das ferramentas trabalhadas no PRS - Cerrado voltadas ao estímulo à produção agropecuária de baixa emissão de gases de efeito estufa. Está também associada à valorização dos produtos agropecuários, ao acesso a novos mercados e à melhoria da renda dos(as) produtores(as).

Nesse contexto, a presente Cartilha de Certificações do Projeto Rural Sustentável - Cerrado visa fomentar uma agricultura mais sustentável, através do apoio às tecnologias produtivas e organizacionais alinhadas aos objetivos do projeto. O intuito deste documento é despertar o interesse e municiar o(a) produtor(a) com informações sobre os processos de certificação e de obtenção dos selos apoiados, oferecer subsídios para a identificação da certificação mais adequada para sua realidade produtiva, e auxiliar o(a) produtor(a) em sua tomada de decisão sobre certificar ou não certificar.





# O que é Certificação?

A certificação é uma declaração formal que um determinado produto, serviço ou sistema de produção está conforme alguma norma voluntária e/ou compulsória de interesse público, e foi avaliado por uma entidade com credibilidade perante a sociedade, e atendendo aos seus requisitos. O empreendimento que recebe a certificação pode utilizar o selo/marca em seus produtos por um determinado tempo. No geral, a certificação tem caráter renovável, demandando periódicas reavaliações. A organização responsável por elaborar, alterar e resguardar as normas da certificação pode ser tanto uma entidade pública, quanto uma empresa privada independente.

A certificação é um procedimento relativamente simples, caso seja possível demonstrar por meios de documentos e via auditorias externas que o produto ou processo está conforme as exigências da certificação.

# Tipos de Certificação

## Certificação de pessoas

É o certificado que a pessoa obteve ou concluiu uma atividade específica que lhe cabe por mérito ou necessita por obrigação legal. Talvez o tipo mais antigo de certificação. Nesse contexto são incluídos os diplomas e certificações de realização de cursos, qualquer outra forma de capacitação ou mesmo um reconhecimento pela experiência profissional.



## Certificação de processos ou gestão



A certificação de processos está vinculada à qualidade de um processo específico ou da gestão de diferentes processos que se relacionam para um determinado fim, desenvolvendo um padrão de melhoria a partir da motivação do quadro de colaboradores, do controle de processos, da identificação de requisitos e do atendimento das necessidades dos clientes.

## Certificação de produtos

No geral, este tipo de certificação tem foco em dois aspectos: qualidade e rastreabilidade. A qualidade de um produto se refere aos aspectos físicos e químicos, visando reconhecer sua funcionalidade, integridade ou segurança. A rastreabilidade visa garantir a origem de um produto ou de sua matéria-prima, e é uma garantia dada ao consumidor de que ele está consumindo um produto controlado em todas as fases da produção.





## Certificação no contexto socioambiental

São inúmeras as certificações abordando conceitos de produção ou processos que sejam viáveis economicamente, socialmente justos e ambientalmente corretos. Estes modelos variam de acordo com o tema, o escopo e seus processos e produtos, tendo um papel importante na indução e garantia da sustentabilidade na agricultura e pecuária.

As práticas utilizadas nas certificações sustentáveis também auxiliam o(a) produtor(a) na melhoria contínua da gestão de sua propriedade, com a redução dos custos de produção alinhado ao uso racional dos insumos, a melhoria da produtivida-

de, e a redução de etapas desnecessárias do processo produtivo. Já os benefícios relacionados à natureza gerencial, podem ser destacados: a distribuição de responsabilidades, a melhoria do ambiente de trabalho e garantia de direitos e do bem-estar dos(as) trabalhadores(as) rurais, e o aprimoramento dos sistemas de documentação da propriedade. Quanto aos benefícios ambientais, as certificações atestam e colaboram para a proteção e restauração das florestas e ecossistemas naturais, para a conservação da biodiversidade e dos ecossistemas, e neste processo, para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.



## Por que devo certificar?

A escolha de qual modelo seguir é um passo importante para qualquer estabelecimento agropecuário/propriedade rural, pois deve determinar quais serão as práticas adotadas pelo empreendimento rural nos próximos anos. A decisão de aderir a uma certificação deve responder inicialmente a seguinte pergunta: “Por que devo certificar?”, ou seja, qual a motivação para aderir a uma determinada norma.

A busca por melhores retornos financeiros na atividade agropecuária, a valorização do preço, a diferenciação do produto em comparação aos convencionais, e acesso a novos mercados, são os principais motivadores que influenciam a adesão à certificação, mas não os únicos. Por outro lado, os custos de todo o processo, as mudanças no manejo, no processo produtivo e de gestão exigidos, aliados à falta de informação e de apoio técnico para execução dessas atividades são os principais fatores de insegurança e incerteza

por parte dos(as) produtores(as) quanto à certificação.

Com a definição de qual certificação melhor responde à primeira pergunta, partimos para a segunda questão, “Faz sentido certificar minha propriedade rural?”. A avaliação da viabilidade da certificação de acordo com o perfil da propriedade é fundamental para entender se a produção está alinhada ao escopo da certificação, se o(a) produtor(a) rural irá obter as vantagens desejadas, se na região da propriedade rural existe mercado comprador e o reconhecimento/valorização destes produtos, e se haverá retorno financeiro após o processo de certificação.

Ao conhecer melhor os principais aspectos da certificação e seu mercado, o(a) produtor(a) detém maior confiança em sua escolha e em prosseguir ou não com o processo de certificação.



## Processo de certificação e seus custos

A obtenção de uma certificação é resultado de um processo sobre o qual incide custos à propriedade rural interessada, com modificações necessárias nos processos produtivos e de gestão da propriedade, além de checagens periódicas quanto ao cumprimento das regras da certificação, conduzidas por uma empresa certificadora contratada.

Estes custos variam de certificação para certificação, pois os critérios e os processos necessários para a obtenção de cada certificação são diferentes, assim como variam de propriedade para propriedade, conforme o estágio atual da fazenda em relação aos requisitos. Quanto mais adequações e mais trabalhosas elas forem, maior será o esforço financeiro.

Existem iniciativas de facilitação ao acesso de certificação sustentáveis, em especial para pequenos(as) e médios(as) produtores(as), via mecanismos de certificação em grupo, com

descontos ou isenção de serviços de assessoria/consultoria técnica e ATER especializada. Em alguns casos, até a dispensa da contratação de empresas certificadoras para realização das auditorias, desde que alguns critérios sejam cumpridos. São os casos da assessoria técnica realizada pelo SEBRAEtec para as certificações Orgânica e Rainforest Alliance (RA), em que o(a) produtor(a) arca apenas com 30% do valor deste serviço, e os sistemas participativos e de venda direta presentes na certificação Orgânico Brasil.

Os custos diretos da certificação recaem sobre a contratação da empresa certificadora para realização das auditorias externas. Mas há também outros custos indiretos referentes à confecção do diagnóstico ou auditoria interna, do plano de adequação/manejo por uma empresa especializada, até a execução das atividades de adequação propriamente ditas.

## 1. Análise dos Requisitos, Diagnóstico e/ou Auditoria Interna

A partir da escolha de qual esquema de certificação será implantado, deve-se realizar um diagnóstico das condições relacionadas aos temas abordados pela norma de interesse (manejo produtivo, gestão, condições trabalhistas e ambiental etc.), considerando suas características e a realidade produtiva de cada propriedade.

As respostas obtidas nesta fase serão utilizadas na confecção de um Plano de Adequação da propriedade, documento que auxilia o(a) produtor(a) na realização das atividades necessárias para o cumprimento dos requisitos e retirada da certificação.

Esta análise deve ser realizada por uma empresa de assessoria, consultoria ou ATER especializada na certificação de interesse, ou pelo(a) próprio(a) produtor(a). Cabe citar que esse diagnóstico guiará todo o processo de adequação até o momento da auditoria externa, portanto, faz-se necessário um conhecimento profundo sobre esses requisitos específicos e quais ações serão tomadas, para aumentar as chances de obtenção da certificação.

## 2. Plano de Adequação

Após a primeira etapa, a equipe técnica ou o(a) técnico(a) que está acompanhando o diagnóstico detém informações suficientes para a confecção do Plano de Adequação às normas da certificação de interesse. Este produto resultado da etapa de auditoria interna é um documento técnico entregue ao(a) produtor(a), que contém todas as atividades necessárias para o enquadramento da propriedade ou da área produtiva dentro da norma de uma determinada certificação. O plano deverá conter a ação de adequação e seu detalhamento, um prazo para realização, o custo unitário de cada item, e instruções para sua realização, considerando a capacidade financeira e operacional do empreendimento rural para executar as atividades propostas.

As adequações podem variar desde a compra e instalação de equipamentos de segurança, alteração de processos produtivos, construção de infraestrutura de trabalho ou produtiva, contratação de serviço de assistência técnica ou organizacional, análises agrícolas e/ou ambientais, apresentação documental de licenças e afins, regularização ambiental/fundiária/fiscal, implantação de práticas produtivas sustentáveis, entre outras.

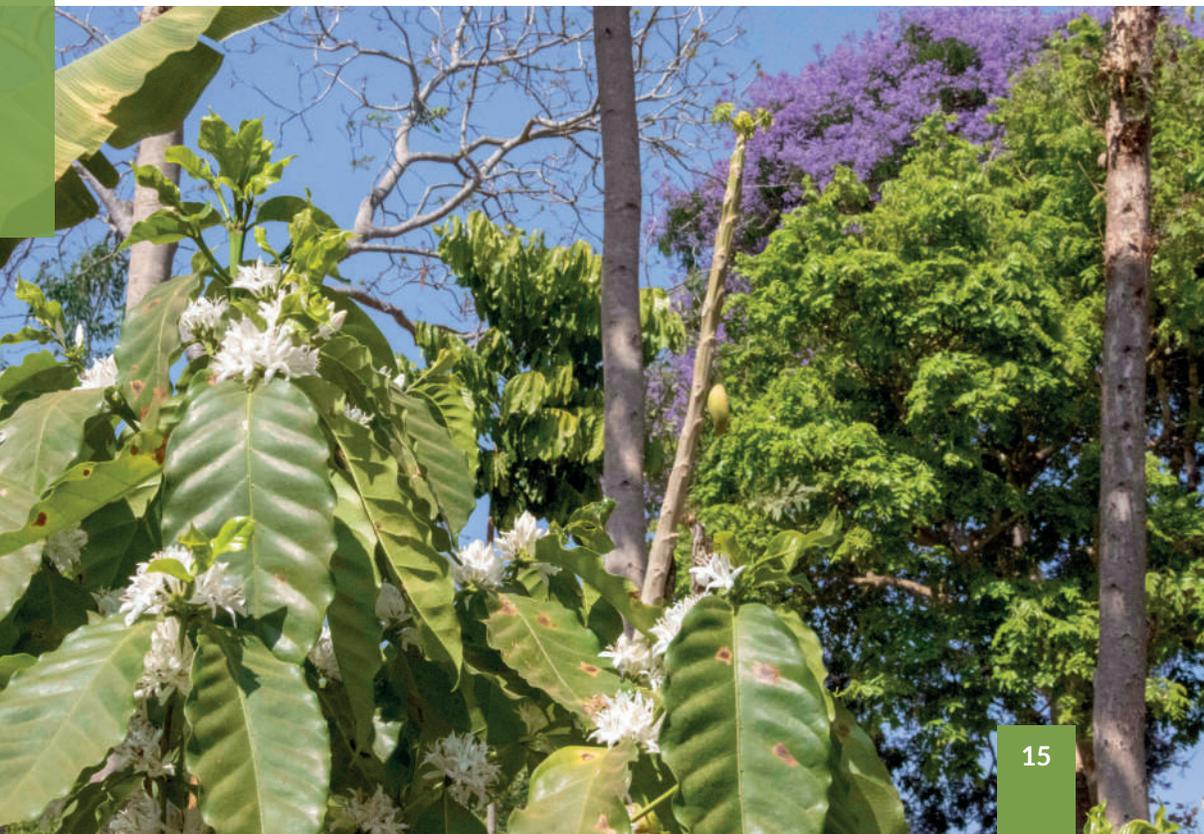
Algumas certificações exigem a elaboração de um Plano de Manejo Sustentável, como requisito a cumprir. Este plano é confeccionado de forma conjunta entre o(a) profissional de ATER e o(a) produtor(a), considerando as necessidades técnicas de manejo alinhado à realidade operacional da propriedade, por exemplo, a indicação de insumos e seus volumes de aplicação, técnicas de conservação de água e solo, indicação de espécies e cronograma produtivo.

### 3. Auditoria Externa

Este estágio é o momento de maior expectativa pelo(a) interessado(a) na obtenção do selo. Finalizada a etapa de adequação da propriedade e/ou área produtiva, é realizado o contato com as empresas certificadoras. O valor deste processo de auditoria varia entre as empresas certificadoras, em relação à localização da propriedade, o acesso às unidades de produção e manejo, o perfil socioeconômico, o número de propriedades que serão certificadas, entre outros fatores.

O(a) proprietário(a) recebe um(a) profissional denominado auditor externo para avaliar presencialmente e mediante pesquisa documental, o cumprimento dos requisitos estabelecidos na norma da certificação, avaliando componentes da gestão da propriedade, adequação ambiental, cumprimento das legislações vigentes, condições de trabalho e boas práticas. Ao final da auditoria é emitido um parecer com a aprovação e uma licença de uso da marca, caso os requisitos sejam cumpridos na totalidade. Caso a devolutiva seja negativa, é entregue um parecer com a indicação das não conformidades levantadas pela certificadora, e disponibilizado um período para realização das adequações indicadas no relatório, e uma nova auditoria de certificação é aplicada para a obtenção do selo.

É comum os processos de renovação e reavaliação das certificações através das auditorias periódicas (em geral, anuais) de monitoramento e revalidação, para assegurar a continuidade do cumprimento dos requisitos, e em alguns casos avaliar a melhoria dos aspectos produtivos, de gestão e ambientais.





1

### Identificação da Certificação de Interesse

Definição do(a) produtor(a) sobre a certificação de interesse, considerando enquadramento na atividade específica da certificação, viabilidade econômica, contexto de mercado, possibilidade de cumprimento dos requisitos de certificação.

### Análise dos Requisitos e Diagnóstico

Contratação de empresa especializada na confecção de diagnósticos baseados nos requisitos da certificação de interesse, e sistematização das informações para a etapa de adequação.

2



### Plano de Adequação

Contratação de empresa especializada em planejamento de ações de adequação e plano de manejo a fim de alcançar os parâmetros específicos de cada certificação, considerando o panorama observado na etapa diagnóstico.



3

### Auditoria(s)

Contato com as empresas certificadoras para o levantamento e análise das não conformidades via processo de auditoria, para emissão de parecer sobre o cumprimento dos requisitos de certificação.

4



5

### Devolutiva da Certificadora e Concessão

Emissão do selo de certificação pela entidade certificadora através da concessão de uso da marca, e mediante processo de auditorias periódicas de acompanhamento da propriedade.

### Revisão e Readequação

Recebimento de parecer com as não conformidades levantadas pela entidade certificadoras e concessão de período para readequação dos aspectos indicados na etapa de auditoria inicial e/ou periódica.

# Agentes que participam da certificação

Certificadora, empresa certificadora, instituição/organização certificadora, certificadora de terceira parte, consultoria/assessoria em certificação? Como posso me localizar nestes termos e quais são as responsabilidades de cada um neste processo?

Alguns dos termos citados para nomear estes atores são sinônimos, como “Certificadora”, “Empresa Certificadora” e “Certificadora de Terceira Parte”, utilizados para representar empresas credenciadas pelas certificações para realização das auditorias e disponibilização do selo. Já “Instituição/organização Certificadora” são organizações centrais que formulam as normas da certificação e as representam em cada país, além de creditar as “Empresas certificadoras”. Por fim, as consultorias/assessorias e ATER especializadas em certificação são organizações e/ou empresas independentes das citadas, que prestam serviços técnicos aos interessados na obtenção da certificação.

Para entender quais são as responsabilidades de cada ator neste processo, utilizaremos o futebol como exemplo. A entidade FIFA pode ilustrar o funcionamento das instituições, organizações e empresas certificadoras, pois no futebol e na certificação, estas instituições são responsáveis por formular, alterar e zelar pelas regras. Outro detalhe importante nesta analogia é a ação da FIFA em creditar árbitros por meio de cursos de capacitação para aplicação de suas normas, e ao final deste processo é emitido uma declaração aos chamados “Árbitros FIFA”, relação análoga às empresas certificadoras. Podemos pensar nas empresas certificadoras como os árbitros/juízes de futebol, por serem responsáveis por avaliar e aplicar as regras da certificação, e sinalizar caso ocorra alguma não conformidade com as normas. Por sua vez, os(as) produtores(as) agropecuários podem ser representados como os jogadores de futebol, por ser deles a responsabilidade de exercer a atividade agropecuária, assim como os jogadores exercem a atividade esportiva, e nos dois casos, as devidas atividades são avaliadas por atores terceiros.

Por último, podemos relacionar a figura do assessor(a)/consultor(a) de ATER especializado ao treinador(a)/técnico(a) de futebol, pois o(a) profissional tem um conhecimento profundo das regras e a função de realizar um diagnóstico interno para melhoria da sua atividade, assim como, o(a) profissional especializado em alguma certificação executa a análise da propriedade agropecuária em relação às exigências e requisitos da certificação, indicando e acompanhando o processo de adequação da fazenda.



# Escolha das certificações promovidas pelo PRS - Cerrado

A escolha das certificações promovidas pelo PRS - Cerrado ocorreu através do levantamento de protocolos aplicáveis às propriedades rurais, produtos e processos alinhados aos princípios de sustentabilidade e baixa emissão de carbono no contexto da produção agropecuária e florestal. Foram identificados 161 padrões de certificações aplicáveis às produções agrícolas, florestais e à criação animal. Deste total, 26 padrões possuem prerrogativas de produção sustentável e alinhadas às premissas do projeto, de mercado, e à redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE).

Dentre esses 26 esquemas citados, 6 se destacaram pela afinidade com as características dos(as) produtores(as) do projeto, suas realidades, aos territórios em que estão inseridos, às atividades produtivas, às vantagens de mercado e aos padrões de sustentabilidade relacionados. Para esta indicação foi elaborada uma matriz de análise de dados cujos critérios de avaliação foram: aplicabilidade às tecnologias de Integração Lavoura Pecuária Floresta (ILPF) e Recuperação de Pastagens Degradadas (RPD), baixa emissão, baixa emissão de carbono, aplicação para pequenos(as) e médias(as) produtores(as), potencial de mercado, e presença da certificação e das certificadoras na região.

Assim, as certificações apontadas ao final deste processo foram: Carne Carbono Neutro (CCN), Certifica Minas (CM), Forest Stewardship Council (FSC), Orgânico Brasil (OBr), Rainforest Alliance (RA) e Associação Internacional de Soja Responsável (RTRS).



# Análise do público do Projeto

Após a definição das certificações apoiadas pelo projeto, foi elaborado um diagnóstico das propriedades, com base no estudo das normas, seus aspectos e temáticas. Em conjunto com as informações de interesse dos(as) produtores(as) sobre as tecnologias ILPF e RPD, e com o levantamento dos cultivos presentes nas propriedades, realizou-se uma análise da afinidade dos(as) produtores(as) das Unidades Demonstrativas (UDs) com as respectivas certificações.

Esse tipo de investigação identifica regiões com potencial para o desenvolvimento de polos de produção certificada, facilitando a organização dos(as) produtores(as) desde o início do processo de certificação. Isso reduz os custos das auditorias e adequações, através da certificação em grupo e compras coletivas, e facilita o processamento, comercialização e acesso dos(as) produtores(as) aos mercados certificados, devido ao aumento do volume de produção e estabilização da oferta, fatores importantes na comercialização de produtos agroalimentares.

Foi observado uma influência do segmento produtivo no cumprimento dos requisitos. Por exemplo, o predomínio da pastagem nas UD's para a produção pecuária de leite e corte afetou positivamente o cumprimento de requisitos de certificações voltadas para a produção pecuária, como a Carne Carbono Neutro. Entretanto, número de produtores(as) que possuem componente florestal nas áreas de pastagem (IPF ou ILPF) é baixo, demandando um esforço específico nesse aspecto central para a CCN.



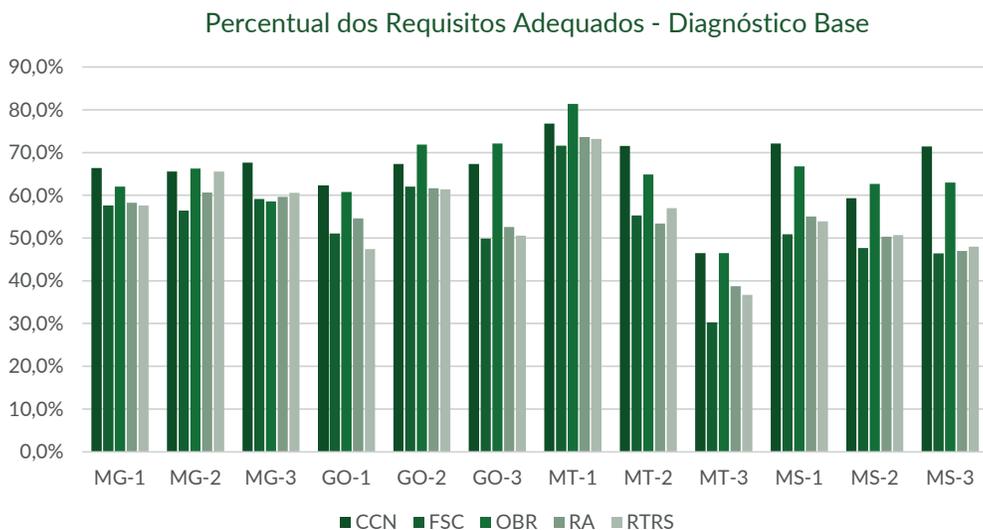
Além disso, a diversidade de componentes produtivos presentes nas UD's resulta em uma afinidade uniforme entre certificações com focos diferentes, como o caso da FSC com seu escopo exclusivamente florestal, e certificações sem um componente único definido, como a Rainforest Alliance e Orgânico Brasil. A certificação com a menor afinidade produtiva é a soja responsável ou RTRS (Round Table on Responsible Soy Association), devido à baixa presença do cultivo de soja nas UD's do projeto.

Considerando apenas as culturas presentes nas propriedades UD's, classifica-se as certificações de maior potencial produtivo. Já de início, verifica-se uma diversidade de componentes produtivos. A certificação Orgânico Brasil se destaca neste aspecto, com 50% das propriedades produzindo algum produto de origem vegetal passível de certificação, esta aptidão está concentrada nas microrregiões GO3, MS1 e MG3, com mais de 60% das propriedades com esse perfil, e nas microrregiões MG1 e GO2, com mais de 70%.

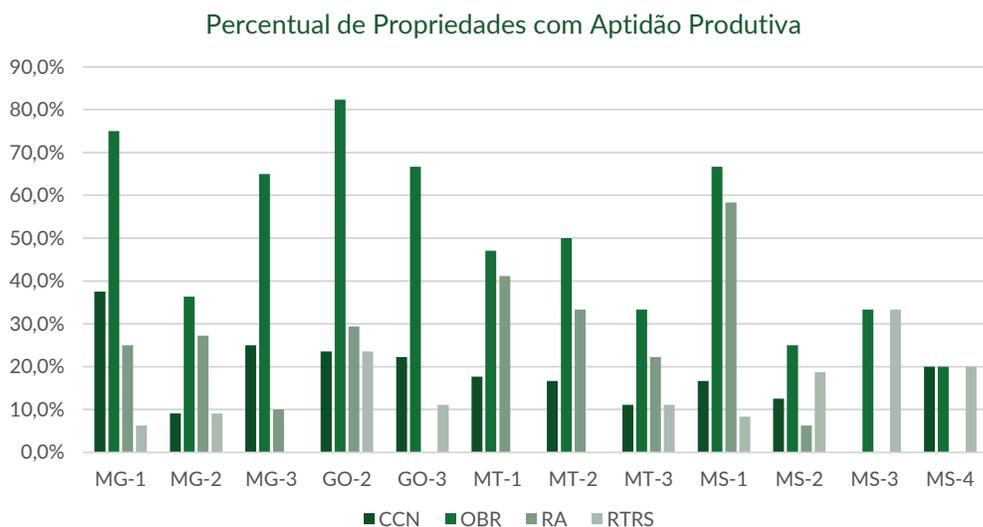
As demais certificações apresentam menor potencial e de maneira pontual, como a RTRS, com maior aptidão produtiva nas microrregiões GO1, GO2, MS2, MS3 e MS4, onde aproximadamente 20% a 30% das propriedades possuem esse perfil. A Rainforest Alliance também apresenta características regionais de aptidão, destacando-se as microrregiões MS1 e MT1, com mais de 40% das propriedades, e MT3, MG1, MG2, GO2 e MT2, com cerca de 20% a 30% das propriedades produzindo culturas no escopo deste selo.

A Carne Carbono Neutro não é definida apenas pelo perfil produtivo, mas também pela aplicação das tecnologias IPF ou ILPF. Portanto, a aptidão para essa certificação depende também do interesse do(a) produtor(a) ou a conversão de suas áreas de pastagem. As microrregiões MG1 e GO1 se destacam, com cerca de 30% das propriedades aptas, seguidas por MG3, GO2 e GO3.

**Gráfico 1** - Percentual de requisitos adequados ou parcialmente adequados segundo resultado dos diagnóstico base.



**Gráfico 2** - Percentual de unidade demonstrativas as quais as espécies produzidas fazem parte do escopo das certificações apoiadas.





Os mapas a seguir apresentam a ordem de aptidão das certificações para cada microrregião, considerando as espécies, culturas e tecnologias presentes e relacionando ao escopo da certificação em questão, ou seja, Aptidão Produtiva (AP), e uma avaliação das normativas e dos resultados obtidos em diagnóstico previamente aplicado aos produtores(as) de UD, isto é, Aptidão Normativa (AN).

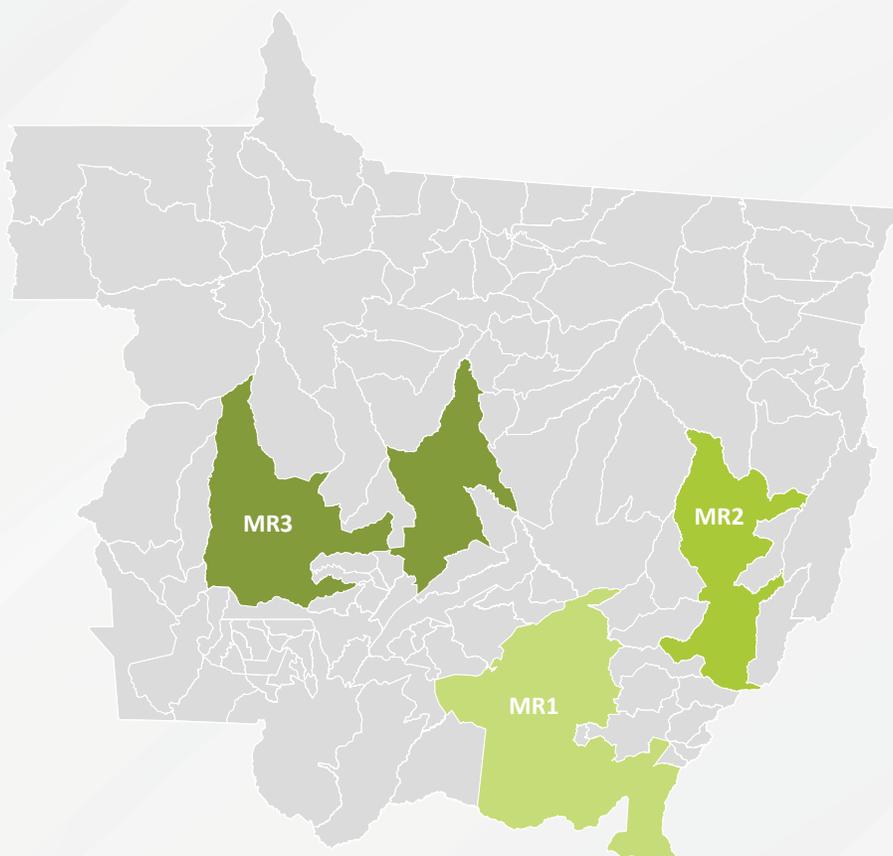
# Goiás



## Aptidões por métricas

Espécies Produtivas						Diagnóstico Base				
MR	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>	5 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>	5 <sup>a</sup>
GO-1	OBR	CCN	FSC	RTRS	RA	CCN	OBR	RA	FSC	RTRS
GO-2	OBR	FSC	RA	CCN	RTRS	OBR	CCN	FSC	RA	RTRS
GO-3	OBR	CCN	FSC	RTRS	RA	OBR	CCN	RA	RTRS	FSC

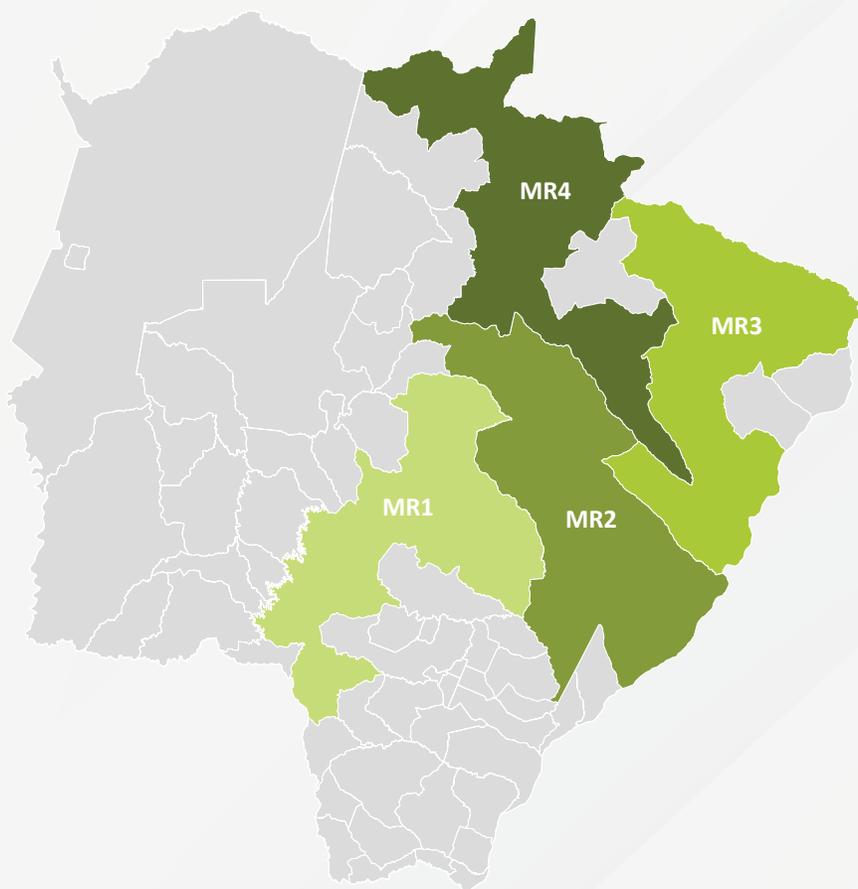
# Mato Grosso



## Aptidões por métricas

Espécies Produtivas						Diagnóstico Base				
MR	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª
MT-1	OBR	RA	CCN	FSC	RA	CCN	OBR	RA	RTRS	FSC
MT-2	OBR	FSC	RA	CCN	RTRS	OBR	CCN	RA	RTRS	FSC
MT-3	FSC	OBR	RA	RTRS	CCN	CCN	OBR	RTRS	FSC	RA

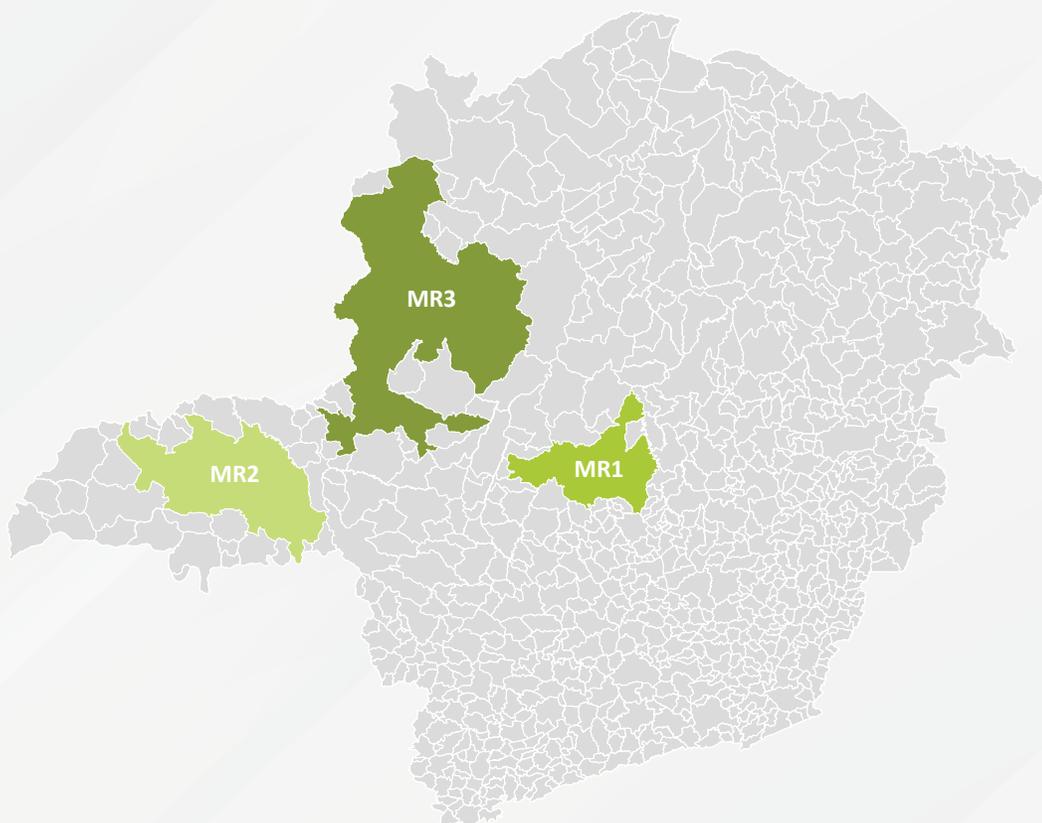
# Mato Grosso do Sul



## Aptidões por métricas

Espécies Produtivas						Diagnóstico Base				
MR	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>	5 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>	5 <sup>a</sup>
MS-1	OBR	RA	FSC	CCN	RTRS	OBR	CCN	RA	RTRS	FSC
MS-2	OBR	RTRS	CCN	FSC	RA	CCN	OBR	RA	RTRS	FSC
MS-3	OBR	RTRS	RA	CCN	FSC	OBR	CCN	RTRS	RA	FSC
MS-4	CCN	FSC	OBR	RTRS	RA	CCN	OBR	RTRS	RA	FSC

# Minas Gerais



Aptidões por métricas										
Espécies Produtivas						Diagnóstico Base				
MR	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª
MG-1	OBR	FSC	CCN	RA	RTRS	CCN	OBR	RA	FSC	RTRS
MG-2	OBR	FSC	RA	CCN	RTRS	OBR	CCN	RTRS	RA	FSC
MG-3	OBR	CCN	FSC	RA	RTRS	CCN	RTRS	RA	FSC	OBR

# CARNE CARBONO NEUTRO (CCN)





## O que é a certificação?

O selo “Carne Carbono Neutro” é uma marca desenvolvida pela Embrapa, que visa assegurar que a produção de carne bovina teve suas emissões de gases de efeito estufa (GEEs) compensadas através da presença de árvores em sistemas de integração do tipo silvipastoril (Integração Pecuária-Floresta, IPF) ou agrossilvipastoril (Integração Lavoura-Pecuária-Floresta, ILPF).

A criação da certificação CCN nasce da preocupação quanto à crescente demanda por produtos agroalimentares, porém, oriundos de fontes ambientalmente justas e racionais no uso dos recursos naturais. Para o desenvolvimento da norma CCN, alguns aspectos foram considerados, como o bem-estar animal, a conservação do solo e da água, a mitigação da emissão de gases de efeito estufa (GEEs) e o sequestro de carbono através da implantação do componente florestal nas pastagens.

A produção bovina de corte certificada alia o aumento de produtividade sem a expansão de áreas, através da intensificação das pastagens cultivadas, otimização da aplicação de insumos, suplementação animal e utilização de sistemas de produção integrado.

**Neste esquema aplicam-se as seguintes tecnologias: ILPF e IPF.**



## Benefícios da certificação

Os benefícios da certificação Carne Carbono Neutro (CCN) estão na agregação de valor à carne produzida nestes sistemas de produção pecuários mais sustentáveis com a introdução do componente arbóreo, capaz de neutralizar o metano emitido pelo rebanho, além da diversificação de renda via comercialização do componente arbóreo para produção de móveis e produtos madeireiros de maior valor agregado (PMVAs). O conceito também visa difundir a importância da sustentabilidade nas cadeias produtivas associadas (carne, grãos e silvicultura), fomentar o uso de sistemas em integração e, por consequência, otimizar o uso dos insumos e outros fatores de produção com efeitos sinérgicos positivos.



## Produtos elegíveis

Carne bovina e madeira para movelaria e construção civil.



## Passo a passo da certificação

Passos	Ações	Responsáveis
01	Compromisso de adoção de implantação de projeto de sistema de IPF/ILPF	Produtor(a)
02	Avaliação técnica da emissão de carbono	Produtor(a) e ATER
03	Cálculo do carbono fixado	Produtor(a) e ATER
04	Cálculo da neutralização das emissões	Produtor(a) e ATER
05	Garantia do estoque de carbono	Produtor(a)
06	Concessão de uso da marca-conceito	Certificadora
07	Auditoria do sistema	Certificadora



## Condicionantes para a certificação

- Áreas agrícolas não podem ter sido implantadas em áreas de conversão após julho de 2008;
- Condições de clima, relevo e solo que não podem ser restritivas para adoção da tecnologia ILPF;
- Uso de identificação individual dos animais não pode ser realizada com marcação a fogo ou que implique mutilações (mossa);
- A terminação dos bovinos de corte em sistema de confinamento é uma atividade desencorajada pelo programa.



## Duração da certificação

A validade do certificado CCN não detém uma duração pré-estabelecida, são realizadas avaliações anuais do desenvolvimento do componente florestal e das práticas de manejo na pecuária de corte.



## Mais informações

Na prática, a certificação CCN é operacionalizada pela aplicação de cinco atividades principais, sendo: (I) o compromisso de implantação do sistema IPF/ILPF com base nos documentos orientadores da Embrapa; (II) a avaliação das emissões de carbono/metano por animal, com base nos índices zootécnicos da propriedade; (III) o cálculo do carbono fixado a partir de inventários florestais anuais e o calculado do estoque de carbono fixado nas árvores do sistema; (IV) o cálculo do saldo das emissões de carbono (em CO<sub>2</sub> eq), a partir da avaliação técnica da emissão de metano e do carbono fixado no fuste das árvores do sistema de IPF/ILPF e; (V) a garantia do estoque de carbono com a destinação do componente arbóreo exclusivamente para produção de movelaria e produtos de madeira de maior valor agregado – PMVAs.

Os recursos do RenovAgro (antigo Programa ABC) e dos Pronaf Floresta e Bioeconomia, programas de financiamento agropecuário com juros subsidiados pelo Governo Federal, podem ser utilizados tanto na implantação quanto na adequação da produção para retirada do selo.

## Empresas certificadoras

---

**SBC - Serviço Brasileiro  
de Certificações  
Genesis Certificações;**



<https://genesiscertificacoes.com.br/>

---

**Pantanal Certificadora  
e Identificadora;**



<https://pantanalcertificadora.com.br/>

---

**IBD – Instituto  
Biodinâmico;**



<https://www.ibd.com.br/customers/>

---

# CERTIFICA MINAS





## O que é a certificação?

Certifica Minas é o Programa de Certificação de Produtos Agropecuários e Agroindustriais do Estado de Minas Gerais, idealizado para assegurar a qualidade dos produtos agropecuários e agroindustriais produzidos no Estado e a sustentabilidade de seus sistemas de produção. O programa foi instituído através da Lei Estadual N° 22.926, de 12 de janeiro de 2018.

**Neste esquema de certificação aplicam-se as seguintes tecnologias: ILPF, ILP, ILF, IPF e RPD.**



## Benefícios da certificação

- Promover a melhoria do processo de gestão das atividades agropecuárias e agroindustriais no Estado;
- Otimizar o uso de insumos e dos recursos naturais, de modo a promover a sustentabilidade econômica, social e ambiental das atividades agropecuárias e agroindustriais;
- Proporcionar condições mais competitivas de comercialização dos produtos agropecuários e agroindustriais produzidos no Estado, ampliando seu acesso a diferentes mercados;
- Ampliar a geração de emprego e renda nos estabelecimentos que tenham produtos certificados.



## Produtos elegíveis

Cachaça, café, frutas, queijo minas artesanal, azeite, ovo caipira, carne bovina, algodão, leite, frango caipira, hortifrúti sem agrotóxico (SAT) e hortifrúti orgânicos.



## Passo a passo da certificação

Passos	Ações	Responsáveis
01	Manifestação de interesse sobre os produtos que deseja certificar	Produtor(a)
02	Adequar a propriedade às normas da certificação	Produtor(a) e consultor(a)/EMATER
03	Solicitar a certificação através do requerimento e contrato de certificação	Produtor(a) e consultor(a)/EMATER
04	Processo de auditorias da propriedade e liberação do selo	Certificadora/IMA



## Condicionantes para a certificação

- Plantio não pode ter sido implantado em áreas de conversão após julho de 2008;
- O uso da terra (fins agrícolas ou pecuários) não poderá ser realizado em Áreas de Preservação Permanente (APP), salvo em caso de uso consolidado anterior a 22/07/2008, conforme Lei 12.651 de 25/05/2012 (Novo Código Florestal);



## Duração da certificação

O selo de certificação tem validade de um ano, podendo ser revalidado após novas auditorias do órgão certificador, conforme o interesse do(a) produtor(a).



## Mais informações

Os(as) produtores(as) inseridos no Programa Certifica Minas podem ser assistidos pela Emater-MG ou por técnicos(as) e empresas credenciados pelo Sistema Agricultura para prestação de serviço de assistência técnica. Procure o escritório local da Emater ou encontre um(a) profissional credenciado.

## Empresas certificadoras

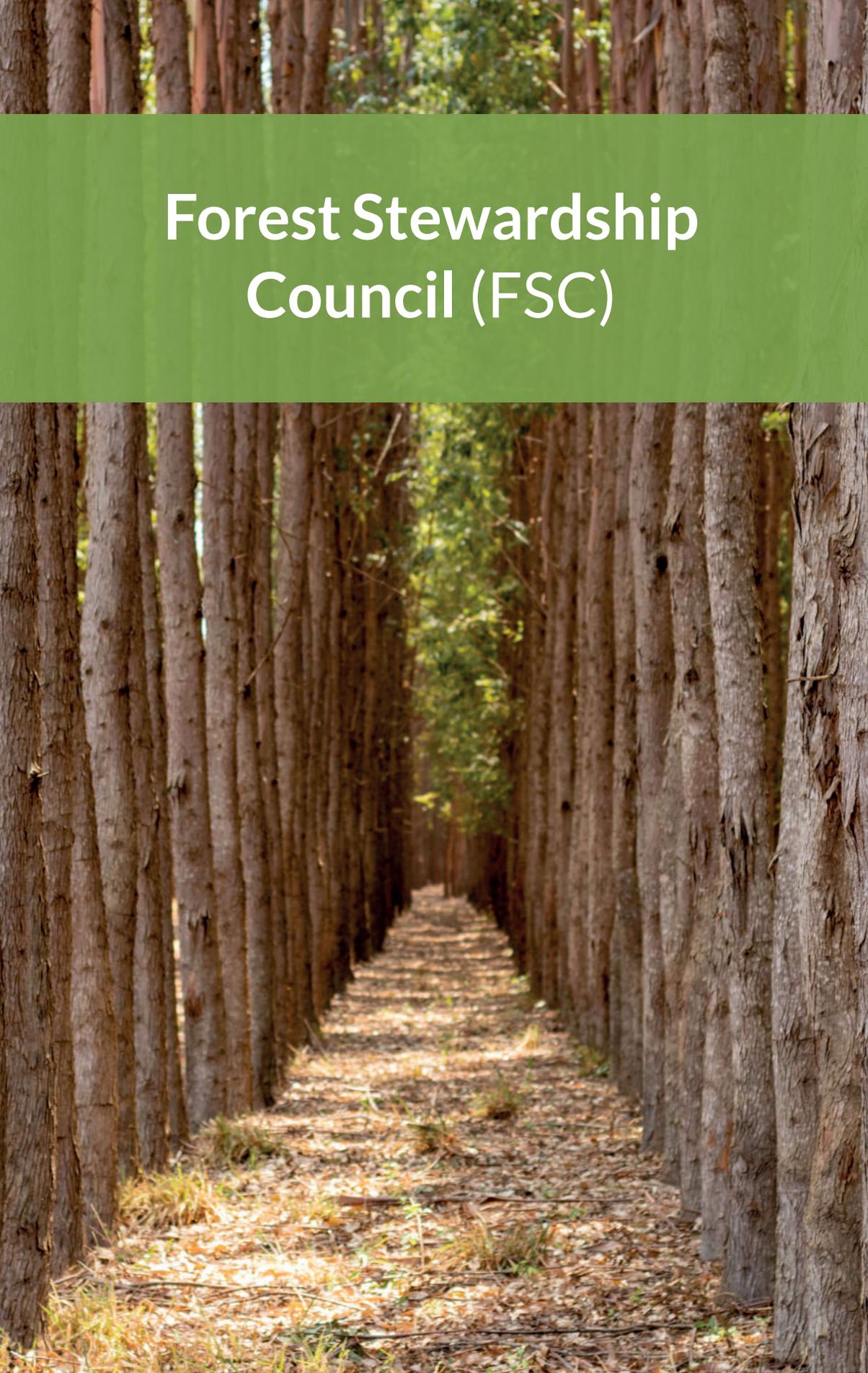
---

**Instituto  
Mineiro de  
Agropecuária**



<https://www.ima.mg.gov.br/certificacao/certifica-minas>

---

A photograph of a forest with a path leading through rows of trees. The path is covered in fallen leaves and branches, and the trees are tall and thin, with a dense canopy overhead. The lighting is bright, suggesting a sunny day. The text "Forest Stewardship Council (FSC)" is overlaid on a green banner at the top of the image.

# Forest Stewardship Council (FSC)



## O que é a certificação?

FSC é uma sigla em inglês para Forest Stewardship Council, ou Conselho de Manejo Florestal, em português. Este conselho foi criado como resposta às preocupações com o desmatamento global, sendo uma iniciativa para a conservação ambiental e desenvolvimento sustentável das florestas do mundo inteiro.

O selo de certificação florestal tem o objetivo de garantir que a madeira ou produto madeireiro tenha sua origem de processos produtivos de manejo que respeitem princípios ecologicamente adequados, socialmente justos, e economicamente viáveis, além de cumprir as legislações ambientais e trabalhistas vigentes no país. O mecanismo de promoção de manejos responsáveis das florestas dá-se por meio da valorização destes produtos no mercado. A certificação tem abrangência internacional podendo ser aplicado em qualquer país e todo empreendimento relacionados às operações de manejo florestal e/ou à cadeia produtiva de produtos florestais pode ser avaliado para cumprimento dos requisitos de certificação.

**Neste esquema de certificação aplicam-se as seguintes tecnologias: ILPF, ILF e IPF.**



## Benefícios da certificação

Os benefícios observados na aplicação da certificação FSC são alinhados a:

- Valorização dos preços pagos quando comparado a produtos madeireiros convencionais, em virtude da demanda de mercado de madeira certificada, assim como, expansão do acesso a mercados mais exigentes, em especial o europeu;
- Aumento da produtividade, melhoria da mão-de-obra dos trabalhadores e da gestão do empreendimento;
- Implementação de técnicas de manejo florestal que reduzem o desperdício e o desgaste de máquinas e equipamentos;
- Melhoria da imagem da produção florestal;
- A redução de riscos inerentes à produção florestal.

Para empresas que operam no setor madeireiro, o certificado FSC traduz a sua responsabilidade socioambiental com os aspectos de manejo das florestas, garantia de origem de seus produtos e a exclusão de práticas predatória em suas atividades florestais, portanto, recebe o devido reconhecimento das suas práticas no mercado nacional e internacional.



## Produtos elegíveis

Madeira e Produtos da Indústria Madeireira.



## Passo a passo da certificação

Passos	Ações	Responsáveis
01	Contrato inicial com a certificadora	Produtor(a) ou Grupo
02	Avaliação e análise geral do manejo, da documentação e da avaliação de campo	Certificadora
03	Adequações com base nas normas legais e princípios das normas de certificação	Empresa de Consultoria/ATER -Produtor(a) ou Grupo
04	Pré auditoria de avaliação	Certificadora
05	Auditoria de avaliação e recebimento do selo	Certificadora
06	Monitoramento anual	Certificadora



## Condicionantes para a certificação

- As áreas de floresta plantada não podem ser implantadas em áreas que tenham sido convertidas após 1994;
- Não podem ser utilizados organismos geneticamente modificados (OGM) em áreas certificadas;
- O empreendimento não pode constar na lista de processos relacionados à trabalho escravo, análogo à escravidão ou que infrinja as normas da Organização Internacional do Trabalho (OIT).



## Duração da certificação

A validade do certificado FSC é de 5 anos e, portanto, neste período é realizada uma avaliação principal (Certificação da operação) e quatro avaliações de monitoramento anual. Após este período um novo ciclo se inicia e um novo certificado é emitido.



## Mais informações

Um certificado FSC pode ser obtido individualmente (abrangendo uma ou mais plantas de produção/processamento) ou em grupo, com regras e limitações específicas definidas para estes tipos de certificação.

Os modelos de certificações presentes na norma da FSC são referentes ao manejo florestal, cadeia de custódia e madeira controlada. A certificação de Manejo Florestal está vinculada a florestas e suas operações, garantindo que os aspectos relacionados ao plantio, manutenção, extração, operações, rendimentos e outros itens referentes ao manejo, sejam executados de maneira responsável. A certificação Cadeia de Custódia é o modelo garantidor de que os elos da cadeia de produção florestal estão conforme a norma da FSC. Portanto, a rastreabilidade é o elemento central deste modelo, portanto as práticas previstas na certificação são acompanhadas desde o manejo florestal até o produto florestal final, ou seja, do início ao fim da cadeia. A exemplo, encaixam-se nesta modalidade as serrarias, gráficas e indústrias madeireiras, ou seja, atores da indústria de transformação, cujos produtos são papéis, embalagens, móveis, laminados, fraldas, tintas, entre outros. A Madeira Controlada é uma maneira de atestar a fonte legal e segura de seus produtos, ou seja, madeira explorada legalmente, sem violação de direitos tradicionais e humanos, não oriundas de florestas: com árvores geneticamente modificadas; cuja conservação esteja ameaçada por atividades de manejo; ou sendo convertidas em plantações, ou outros usos da terra.

Por fim, a certificação aborda produtos não madeireiros, ampliando o catálogo de produtos passíveis a receber a certificação FSC, e a aplicação de suas regras dentro de outras cadeias: castanhas, sementes, açaí, erva-mate, entre outros.

## Empresas certificadoras

---

**Associação Portuguesa  
de Certificação**



<https://apcergroup.com/pt/certificacao>

---

---

**Control Union  
Certifications B.V.**



<https://brasil.controlunion.com/pt>

---

**Bureau Veritas  
Certification Holding SAS**



[https://www.bureauveritas.com.br/  
pt-br/mercados-servicos/certificacoes](https://www.bureauveritas.com.br/pt-br/mercados-servicos/certificacoes)

---

**DNV Business Assurance  
Sweden AB**



<https://www.dnv.com.br/assurance/>

---

**Ecocert IMO Swiss AG**



<https://www.ecocert.com/pt-BR/homes>

---

**IMAFLOA - Instituto de  
Manejo e Certificação  
Florestal e Agrícola**



<https://www.imaflora.org/>

---

---

**Neocert Certificações  
Florestais e Agrícolas**



<https://neocert.com.br/>

---

**RINA Services S.p.A**



<https://www.rina.org/br/>

---

**SCS Global Services**



<https://pt.scsglobalservices.com/>

---

**Soil Association  
Certification Limited**



<https://www.soilassociation.org/certification/>

---

**TÜV NORD CERT**



<https://www.tuv-nord.com/br/pt/home/>

---

The image shows two black plastic seedling trays filled with soil. The left tray contains young plants with broad, light green leaves and reddish stems. The right tray contains young plants with long, thin, grass-like leaves. A green banner with white text is overlaid on the top half of the image.

# Certificação Orgânico Brasil (OBr)



## O que é a certificação?

O sistema orgânico de produção agropecuária prioriza a aplicação de técnicas de manejo cultural biológico e mecânico, em oposição à utilização de insumos sintéticos (corretivos, fertilizantes, condicionantes e defensivos), organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em todas as fases do seu processo produtivo, desde a produção da matéria-prima, seu processamento, armazenamento, distribuição e comercialização.

O intuito deste sistema é ofertar produtos alimentares isentos de contaminantes, sem a utilização de práticas e insumos que ponham em risco o meio ambiente, a saúde do(a) produtor(a), do(a) trabalhador(a) ou do(a) consumidor(a). Além disso, é esperado que o(a) produtor(a) orgânico corresponda com outros preceitos da produção orgânica, como a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos, respeito à integridade cultural das comunidades rurais, sustentabilidade econômica e ecológica, maximização dos benefícios sociais, minimização da dependência de energia não-renovável, e a proteção do meio ambiente.

A certificação Orgânico Brasil, é uma ferramenta criada pelo governo federal, através da Lei No 10.831 de 2003, para identificar e garantir ao consumidor que o produto que ele está adquirindo obedece às regras estabelecidas na legislação correspondente.

**Neste esquema de certificação aplicam-se as seguintes tecnologias: ILPF, ILP, ILF, IPF e RPD.**



## Benefícios da certificação.

Um produto orgânico pode gerar melhores retornos econômicos devido ao seu valor agregado e sua crescente demanda, impulsionada em especial por mercados mais exigentes ou com apelo a produtos mais saudáveis.

A decisão de compra dos consumidores por produtos orgânicos está atrelada aos efeitos positivos à saúde e redução de impacto ambiental, e pela garantia de um produto de origem orgânica garantida. Assim como os(as) produtores(as) orgânicos, que assumem os custos de adequação e de produção mais elevados, possuem consumidores que bonificam esta garantia de estar protegidos contra os falsos produtos orgânicos.

As práticas produtivas dos cultivos orgânicos promovem o aumento da fertilidade do solo, otimização do uso dos insumos agrícolas, transparência e rastreabilidade na cadeia produtiva, melhoria do sistema de gestão da propriedade, uso racional dos recursos naturais, e a garantia da sustentabilidade ambiental da propriedade.



## Produtos elegíveis

Produtos de origem vegetal e seus derivados: grãos, hortifrúti, cogumelos comestíveis, raízes, flores, fibras etc.

Produtos de origem animal e seus derivados: bovinocultura de leite e corte, aquícolas, avícolas de corte e postura, suínolas e apícolas.



## Passo a passo da certificação

Passos	Ações	Responsáveis
01	Apresentação de um plano de produção para a certificadora	Empresa de consultoria/ATER - Produtor(a) ou Grupo
02	Visita de inspeção	Certificadora
03	Elaboração de relatório das práticas culturais e de criação observadas	Certificadora
04	Relatórios encaminhados ao Departamento Técnico ou ao Conselho de Certificação	Certificadora
05	Deliberação sobre a concessão do certificado	Certificadora



## Condicionantes para a certificação.

Criações e plantios agrícolas em áreas onde não ocorreu conversão após julho de 2008.



## Duração da certificação

O tempo necessário para a conclusão do processo de certificação depende de vários fatores e varia conforme o ciclo produtivo das atividades e da agência certificadora. Se o estabelecimento agrícola está passando por um processo de conversão para a agricultura orgânica, pode levar até três anos para ser considerado certificado.



## Mais informações

- A certificação pode ser solicitada inicialmente para algumas áreas da propriedade, disponibilizando um período até que a integralidade da propriedade esteja conforme os requisitos da certificação;
- Além do modelo individual, o selo Orgânico Brasil possibilita a solicitação em grupo de pequenos(as) produtores(as), caso seja implantado mecanismos internos de controle que sigam os padrões da agricultura orgânica;
- Produtores(as) da agricultura familiar cujo modelo de certificação seja participativo (credenciados em uma organização de controle social) devem comercializar seus produtos exclusivamente via venda direta ao consumidor (ex: feiras e comércio próprio);
- O Pronaf Agroecologia é a linha de crédito voltada ao pagamento dos custos de conversão e certificação orgânica de propriedades da agricultura familiar.

## Empresas certificadoras

### Certificação Participativa:

Compreende a formação de uma Organização de Controle Social (OCS), composta por um grupo, associação, cooperativa ou consórcio vinculado à agricultura familiar, com ou sem necessidade de CNPJ, devidamente cadastrada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), onde o monitoramento do cumprimento das normas, transparência e confiança, provém do controle social e ação participativa dos seus membros.

### OCS nos Estados:

Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Cerrado – CEDAC (GO);

Central de Associações de Produtores Orgânicos Sul de Minas (MG);

Associação Brota Cerrado Serra da Canastra de Certificação Participativa (MG);

Orgânicos Jequitinhonha - Associação dos Agricultores Familiares Feirantes de Turmalina (MG);

Cooperativa das Agricultoras e Agricultores Familiares Orgânicos de Claraval e região – COORG NICA (MG);

Associação de Produtores Orgânicos do Mato Grosso do Sul – APOMS (MS);

Rede de Produção Orgânica da Amazônia Mato-Grossense - REPOAMA (MT);

---

**Instituto Nacional de  
Tecnologia - INT (GOV)**



<https://www.gov.br/int/pt-br>

---

**IBD Certificações Ltda**



<https://www.ibd.com.br/customers/>

---

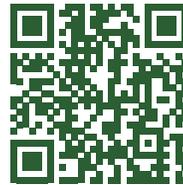
**Agricontrol OIA Ltda**



<https://oiabrasil.com.br/>

---

**Instituto Chão Vivo  
de Avaliação  
da Conformidade**



<http://www.institutochaovivo.com.br/>

---

**Instituto Mineiro de  
Agropecuária (GOV)**



<https://ima.mg.gov.br/>

---

---

**Savassi Certificação de  
Serviços Administrativos  
Ltda**



<https://savassiagronegocio.com.br>

---

**Ecocert IMO Swiss AG**



<https://www.ecocert.com/pt-BR/>

---

# Rainforest Alliance (RA)





## O que é a certificação?

A Rainforest Alliance (RA) é uma organização internacional sem fins lucrativos que trabalha na construção de um ambiente de negócios responsáveis com a proteção das florestas, melhoria da subsistência de agricultores(as) e comunidades florestais, conservação da biodiversidade, promoção dos direitos humanos e na mitigação e adaptação ao agravamento das mudanças climáticas, via incentivos econômicos e valorização no mercado.

Neste esquema de certificação aplicam-se as seguintes tecnologias: ILPF, ILP, ILF e IPF.



## Benefícios da certificação

A certificação Rainforest Alliance estabelece métodos de produção agrícola visando auxiliar os(as) produtores(as) a maximizar a produtividade da fazenda e melhorar a qualidade da colheita, além de oferecer ferramentas de treinamento, suporte e orientação aos(às) agricultores(as) no processo de adaptação às mudanças climáticas e conservação da biodiversidade.

A certificação oferece ao(à) produtor(a) ferramentas de melhoria contínua em seus sistemas de planejamento e gestão de propriedades agrícolas sustentáveis. Essas ferramentas auxiliam em tudo, desde a avaliação do uso de energia e água, uso racional de insumos e a contratação de trabalhadores sazonais.

Outra preocupação da certificação é a melhoria dos meios de subsistência no meio rural, através da exigência da proteção à saúde e ao bem-estar dos(as) trabalhadores(as) e das comunidades vizinhas por meio da aplicação de regras como: a não utilização de mão-de-obra de menores de quinze anos; aplicação da legislação trabalhista nacional; acesso à água potável segura; saúde e educação.

Os requisitos da certificação auxiliam no cumprimento da legislação florestal através da proteção dos ecossistemas naturais, prevenção do desmatamento, estabelecimento e manutenção de corredores de vida selvagem, proteção dos cursos e corpos d'água locais e a proteção de áreas de preservação. O padrão também inclui medidas para proteger a vida selvagem local, proibindo a caça (exceções são feitas para práticas indígenas tradicionais), protegendo contra a disseminação de espécies invasoras e minimizando o conflito entre as pessoas e a vida selvagem.

A implementação de suas práticas minimiza a erosão, compactação e melhora a fertilidade do solo, auxilia no tratamento de águas residuais e na conservação de água e energia, gerencia o descarte de resíduos sólidos e promove o uso de técnicas de manejo integrado de pragas e doenças.

O preço pago aos(as) agricultores(as) por implementar práticas agrícolas mais sustentáveis e obter a certificação são superiores aos preços de mercado de produtos não certificados e independem de quaisquer outros prêmios e diferenciais de qualidade que o produto pode ter.



## Produtos elegíveis

Café, cacau, chá, nozes (ex.: avelãs), frutas cítricas e banana, coco, legumes, flores cortadas, pimentas, ervas e especiarias.



## Passo a passo da certificação

Passos	Ações	Responsáveis
01	Registro no sistema MultiTrace da Rainforest Alliance	Produtor(a) ou Grupo
02	Análise de requisitos aplicáveis	Produtor(a) ou Grupo
03	Análise de risco	Instituição Certificadora
04	Elaboração do plano de gestão	Empresa de Consultoria/Produtor(a) ou Grupo
05	Inspeção interna e autoavaliação	Empresa de Consultoria/Produtor(a) ou Grupo
06	Auditoria de certificação	Certificadora



## Condicionantes para a certificação

- Não é permitido o cultivo de Organismos Geneticamente Modificados (OGM);
- O empreendimento não pode constar na lista de processos relacionados a trabalho escravo ou análogo a escravo;
- Não é permitido que o plantio que tenha sido implantado em áreas de conversão após julho de 2008.



## Duração da certificação

A validade do certificado é de 3 anos e auditorias anuais de monitoramento são realizadas.



## Mais informações

Os Requisitos de Cadeia de Suprimentos da Norma de Agricultura Sustentável apresentam diversas inovações, como o pacote de requisitos contextualizados e adaptados às circunstâncias de cada propriedade certificada, avaliação de risco fortalecida para identificar e manejar riscos em sustentabilidade, e requisitos de responsabilidade compartilhada para recompensar produtores(as) pela produção sustentável e direcionar investimentos para atingir metas em sustentabilidade.

O SEBRAE possui uma iniciativa de consultoria/assessoria a pequenos(as) e médios(as) produtores(as), para confecção e acompanhamento dos planos de adequação às normas e requisitos da certificação, a um preço subsidiado. O programa presta serviços de auditoria na propriedade ou em uma amostragem no caso da certificação em grupo e emissão de relatório de auditoria final com indicação dos pontos passíveis de adequação e considerações quanto aos parâmetros previstos na norma RA.

## Empresas certificadoras

---

**Ecocert IMO Swiss AG**



<https://www.ecocert.com/pt-BR/home>

---

**IMAFLOA - Instituto de  
Manejo e Certificação  
Florestal e Agrícola**



<https://www.imaflora.org/>

---

**QUIMA Brasil**



<https://wqs.com.br/>

---

**Control Union Services  
S.A.C**



<https://brasil.controlunion.com/pt>

---

---

**Savassi Certificação de  
Serviços Administrativos  
Ltda**



<https://www.savassiagronegocio.com.br/>

---

# Associação Internacional de Soja Responsável (RTRS)





## O que é a certificação?

A Associação Internacional de Soja Responsável (RTRS) é uma organização internacional sem fins lucrativos que promove o crescimento da produção, do comércio e do uso de soja responsável. A Associação, fundada em 2006 na Suíça, opera por meio da cooperação entre os atores ligados à cadeia de valor da soja, via uma plataforma global de diálogo multilateral sobre a soja responsável e do desenvolvimento de um padrão global de certificação.

A plataforma é uma solução para as metas globais de sustentabilidade nos mercados comprometidos com cadeias de suprimento responsáveis e uma ferramenta confiável que assegura a transparência nos processos produtivos da cadeia da soja através de seu sistema de verificação e certificação robusto e rigoroso. As auditorias são realizadas por Órgãos de certificação independentes, sendo conhecidos e auditados por Órgãos de acreditação reconhecidos.

A RTRS é uma ferramenta de gestão e uma estratégia sustentável reconhecida e aplicável globalmente. É utilizada na produção de soja e milho com diversos destinos como o consumo humano, alimentos balanceados para consumo animal, biocombustíveis, além de ser apta a produtores(as) de todo tipo e dimensão, via certificação individual, em grupo e multi sítios (multi-site).

O selo RTRS assegura que a produção de grãos é baseada em indicadores de cumprimento legal e boas práticas empresariais, em condições de trabalho responsável, relações comunitárias responsáveis, responsabilidade ambiental e boas práticas agrícolas para assegurar o desmatamento zero na produção de soja.

**Neste esquema de certificação aplicam-se as seguintes tecnologias: ILPF, ILP, ILF.**



## Benefícios da certificação

A aplicação da metodologia RTRS auxilia na melhoria da fertilidade do solo e da qualidade da água, redução da contaminação; melhoria da gestão e o rastreamento de resíduos; e redução de impactos ambientais por meio da aplicação de técnicas de manejo integrado de culturas.

O selo também facilita o acesso aos mercados internacionais, além de fornecer vantagens comparativas e competitivas por reduzir custos ao mesmo tempo que melhora o monitoramento e gestão de insumos, reduzindo riscos financeiros e operacionais.

A Certificação RTRS foi desenvolvida segundo ferramentas de gestão efetivas, apresentando melhores produtividades, eficiência operacional, otimização e ordenamento dos registros da produção e da metodologia de trabalho, além da redução de infortúnios ligados a mão de obra, como diminuição de acidentes de trabalho, redução da rotatividade de funcionários, fortalecimento da sensação de pertencimento e melhores relações com a comunidade local.



## Produtos elegíveis

Soja grão OGM e não-OGM, Soja grão não-Paraquat e milho grão



## Passo a passo da certificação

Passos	Ações	Responsáveis
01	Preenchimento da Guia de Solicitação	Produtor(a) ou Grupo
02	Realização do diagnóstico inicial	Certificadora
03	Alinhamento com o(a) produtor(a) para diagnóstico final	Certificadora
04	Tratativas para o atendimento legal da norma após auditoria	Certificadora



## Condicionantes para a certificação.

- Plantio não ter sido implantado em áreas de conversão após julho de 2008;
- Não são permitidas conversões de área após 2003, conforme categorização no Anexo 4 do Padrão RTRS;
- Não permitida conversão de área após 2016;



## Duração da certificação

O certificado é válido por 5 anos, sujeito a auditorias de acompanhamento anuais. Onde a duração média da auditoria externa pode levar de 1 semana até 2 ou mais meses conforme o tamanho e a complexidade das operações, a distância geográfica entre os locais e a complexidade do contexto social e ambiental.



## Mais informações

No Brasil existem iniciativas como o Programa “Produzindo Certo”, uma aliança entre Aliança da Terra, Bayer, Santander, Unilever e Yara, com o foco nas Regiões produtoras de Uberlândia (MG) e Rio Verde (GO) para o aumento da produção de soja responsável no país, onde os(as) produtores(as) envolvidos(as) no programa recebem apoio para obtenção da certificação RTRS.

A comercialização do produto certificado Soja Responsável é realizada de duas formas, ou seja, pela venda do produto “grão” físico, ou a venda na modalidade de crédito RTRS. Com a obtenção do selo, o(a) produtor(a) recebe uma espécie de título equivalente ao volume de sua produção de soja certificada, com isso, ele pode optar pela venda do produto físico ou desse título/ativo através da plataforma global da RTRS, ambiente onde organizações interessadas em apoiar a produção responsável, ou que carregam o selo em seus produtos, negociam esses dois produtos.

## Empresas certificadoras

**Certificação Grupal:** Destinada a produtores(as) que decidem solicitar a certificação RTRS em grupo, com um gestor responsável pela assistência aos membros em questões técnicas e comerciais, a fim de implementar um sistema de controle interno. Esta certificação permite que os membros do grupo dividam os custos da certificação e das auditorias, e o grupo recebe uma certificação única. É recomendado para cooperativas, pequenos(as) e médios(as) produtores(as) da agricultura familiar e comunidades tradicionais.

**Certificação individual e Multi-Site:** Formatos designados para produtores(as) que desejam obter o certificado para uma fazenda, ou produtores(as) que possuem ou administram várias fazendas.

---

**Control Union Services  
S.A.C**



<https://brasil.controlunion.com/pt>

---

---

**FoodChain ID  
Certificadora Ltda**



<https://www.foodchainid.com/br/>

---

**GENESIS Group**



<https://genesiscertificacoes.com.br/>

---

**IMAFLOA - Instituto de  
Manejo e Certificação  
Florestal e Agrícola**



<https://www.imaflora.org/>

---

**SBC – Serviço Brasileiro  
de Certificações Ltda**



<http://sbcert.com.br/>

---



## Projeto Rural Sustentável – Cerrado

Execução



IABS

Coordenação Científica



Apoio técnico



Realização



UK Government



MINISTÉRIO DA  
AGRICULTURA  
E PECUÁRIA

